

## **GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES: VICISSITUDES DA VIDA MATERIAL DA INSTITUIÇÃO NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO - 1923-1931**

Marcio Bogaz Trevizan (UFGD)  
Maria do Carmo Brazil (UFGD)

### **1 A Matte Laranjeira**

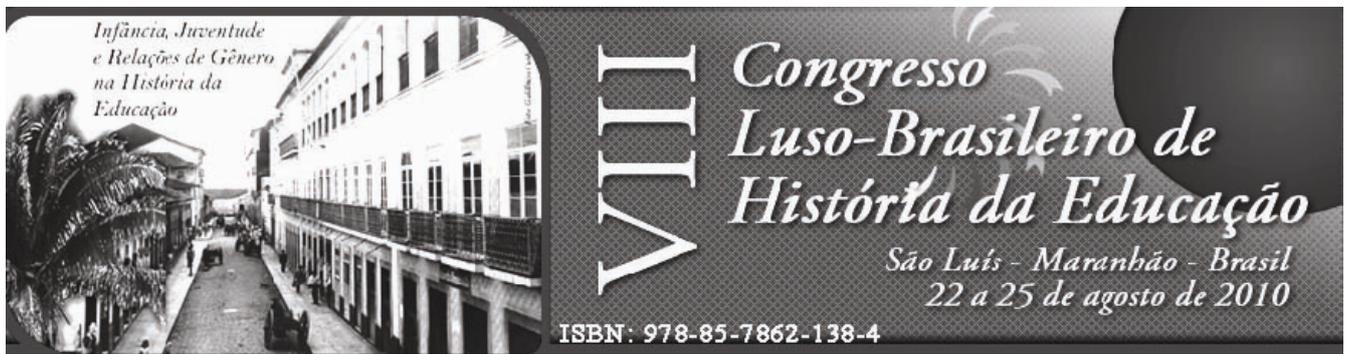
Ao fim da Guerra do Paraguai, Francisco Mendes Gonçalves e Thomaz Laranjeira fundaram um empreendimento visando o comércio de produtos agrícolas e extrativos entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. Francisco Mendes radicou-se na cidade de Buenos Aires, Argentina, fundando em 1874 a Sociedade Comercial Francisco Mendes & Companhia, responsável pela venda dos produtos; Thomaz Laranjeira permanecendo no Brasil geria os negócios no Paraguai e tendo conseguido permissão Imperial, Decreto 8799 de 9 de dezembro de 1882, gerenciava o extrativismo da Erva Mate na província de Mato Grosso e a enviava para Buenos Aires afim de ser vendida pela Empresa Mendes Gonçalves & Companhia.<sup>1</sup> A esse respeito a pesquisadora Lori Alice Gressler e Luiza Mello Vasconcelos mencionam que a “idéia de um empreendimento [...] nasceu da amizade entre Thomaz Laranjeira e Francisco Mendes Gonçalves, fornecedores da Comissão de Demarcação de Limites na Fronteira Brasil-Paraguai.”<sup>2</sup>

De acordo com o Relatório da Diretoria da Mate Laranjeira, datado de agosto de 1941, no ano de 1902, se associaram a Mendes Gonçalves e a Thomas Laranjeira, os senhores Joaquim Duarte Murinho e Francisco Murinho, figuras políticas de notado prestígio social, fundando a Companhia Matte Laranjeira, elaboradora e exportadora da Erva Mate para a Empresa Francisco Mendes & Companhia.<sup>3</sup> Em meados de 1917 surgiu a

<sup>1</sup> Cf. DIRETORIA DA MATE LARANJEIRA. *Dom Francisco Mendes Gonçalves*. Rio de Janeiro, Agosto de 1941. pp. 11-13.

<sup>2</sup> GRESSLER, Lori Alice. VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul aspectos Históricos e Geográficos*. Dourados, 2005, p. 78.

<sup>3</sup> Cf. DIRETORIA DA MATE LARANJEIRA. *Op. cite*. p 13.



Sociedade Anônima Argentina Empresa Mate Laranjeira como dona de todos os bens existentes tanto na Argentina como no Brasil e Paraguai. Materializava-se assim, a Empresa que dominaria a região do Sul do antigo Estado de Mato Grosso até meados de 1943, ano em que o Governo Getúlio Vargas empreendeu a política de expansão da colônia agrícola de Dourados, a fim de neutralizar o domínio da referida empresa na região. Segundo a pesquisadora Gislaíne Moreno “o governo federal tratou de desalojar a Companhia Mate Laranjeira, arrendatária de 1 milhão de hectares de terras naquela região.”<sup>4</sup> Iniciava-se a partir de então o processo de expansão da Colônia Agrícola de Dourados, denominada de CAND.

Segundo GRESSLER E VASCONCELOS (2005), em 1942 a sede da Companhia Mate Laranjeira era a Fazenda Campanário situada no Sul do antigo Estado de Mato Grosso; esta por sua vez se constituía numa cidade com uma população de 1.500 habitantes e exercia seu domínio por todo o sul do Estado de Mato Grosso, estendendo-se até a cidade de Guaíra, no Paraná. Segundo o Engenheiro Flúvio Rodrigues que visitou a sede da referida empresa no ano de 1942, a Fazenda Campanário se constituía no povoado mais desenvolvido da região, suplantando a sede do município do território de Ponta Porã.<sup>5</sup>

De acordo com o relatório do Engenheiro Flúvio Rodrigues, as casas em sua grande maioria eram construídas em estilo moderno, de madeira, que lembravam os chalés suíços. A fazenda possuía escritórios, oficinas mecânicas, serraria, ferraria, carpintaria, usinas termoeletrica para a produção de energia e luz elétrica, hotel, campo de pouso de aviação militar, posto de rádio, jardins, fossas, assistência médica, hospital, cooperativa de trabalhadores, armazém, cinema, quadra de tênis, quadra de Basket Ball e Volei Boll, pista de corrida para cavalos, cassino e um Grupo Escolar que contava com uma frequência diária de 400 alunos.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> MORENO, Gislaíne. Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2007, p. 102.

<sup>5</sup> Cf. GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. Aspectos Históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul, 1988, p. 71.

<sup>6</sup> Cf. RODRIGUES, Flúvio. Relatório. *Apud* GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Op. Cite.* p. 71-72.



Durante os anos de atuação no Sul do antigo Estado de Mato Grosso, a Companhia Matte Laranjeira dominava todos os aspectos da vida material da região, influenciando de modo direto o processo educacional das crianças e jovens por meio da fundação de colégios para os filhos de seus funcionários. De acordo com a documentação arrolada, a Matte laranjeira possuía a Escola Mendes Gonçalves na fazenda Campanário, fomentou a construção do Grupo Escolar Mendes Gonçalves na cidade de Ponta Porã e a Escola Mendes Gonçalves na cidade de Guairá, Paraná.

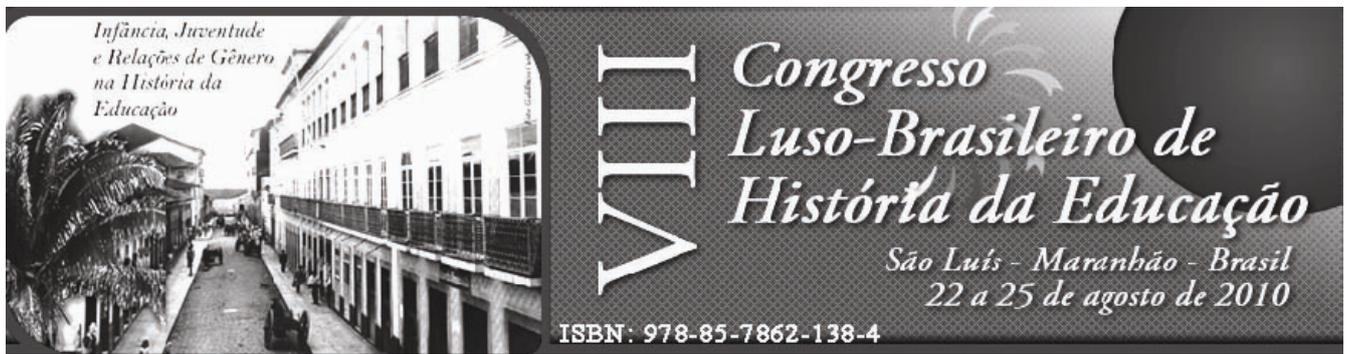
## 2 O cenário Educacional em Ponta Porã

Para Ester Buffa, traçar um retrato da escola com seus atores, sua organização, seu cotidiano, rituais, sua cultura e seu significado para determinada sociedade,<sup>7</sup> é fundamental para se investigar o processo de criação, instalação, caracterização e utilização do espaço físico da escola. Para descortinar as realidades enfocadas por BUFFA (2002) recorreremos ao Jornal ‘O Progresso,’ único periódico que circulava na região de Ponta Porã nos anos de 1923-1927, período da construção do Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Em nossa pesquisa, o referido jornal se constituiu num rico instrumento de investigação e estudo para indagar o processo de formação do Grupo. Em ‘O Progresso’ se discutia as diversas realidades do povoado e sendo assim registravam-se os principais eventos que marcaram a sociedade pontaporanense. O pesquisador Carlos Henrique de Carvalho, parte do pressuposto que no período republicano denominado de República velha, a imprensa “constitui-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (públicos e privados).”<sup>8</sup> A partir dos relatos de ‘O Progresso’ podemos perquirir realidades acerca das instituições escolares de Ponta Porã, que não seriam descortinadas de outro modo.

---

<sup>7</sup>Cf BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares in Araújo e Gatti Junior (orgs.) Novos Temas em História da Educação Brasileira. Campinas,SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002 – (Coleção memória da educação), p.27.

<sup>8</sup>CARVALHO, Carlos Henrique de. República e imprensa. As influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha –MG- 1905-1922. Uberlândia, MG: Edufu, 2004, p. 48.



Segundo as pesquisadoras Eurize Caldas Pessanha, Maria Emília Borges Daniel e Maria Adélia Menegazzo, “os edifícios escolares, como qualquer outro edifício, constituem-se como lócus à medida que seus ocupantes experimentam e interpretam esse espaço e dele apropriam-se, atribuindo-lhe significados e valores.”<sup>9</sup> De acordo com o Inspetor Escolar Bernardo de Souza, em artigo publicado no jornal ‘O Progresso’ de 11 de maio de 1923, a instrução pública primária encontrava-se em “estado de deplorável anarquia e de desorganização.”<sup>10</sup> Dado que houve uma apropriação da realidade que o cerca, o Inspetor se sentiu no direito de reclamar a situação das escolas estaduais no povoado de Ponta Porã. Contudo afirmava que o culpado de tal situação “não é [...] o magistério público local, mas sim, única e exclusivamente o poder público estadual.”<sup>11</sup> Segundo ele as escolas estaduais de Ponta Porã não possuíam prédios para o seu funcionamento e sendo assim, eram instaladas “em barracões cobertos de zinco, pardieiros infectos, que [...] se chamam, por ironia da sorte, de casas.”<sup>12</sup> No mesmo artigo, Bernardo de Souza menciona a futura construção de um Grupo Escolar para a cidade, fato que se consumaria somente no final de 1927.

De acordo com o relato do inspetor escolar, as duas escolas públicas do vilarejo estavam totalmente desprovidas das condições necessárias para se ministrarem aulas, não se encontravam “uma cadeira para assentar-se.”<sup>13</sup> Os professores eram “obrigados a procurarem assento nas carteiras entre seus alunos ou a lecionarem de pé.”<sup>14</sup> A escola não possuía “mesa, quadro negro, giz, relógio, papel, tinta, tinteiro, canetas, penas, lápis, livros escolares para os alunos pobres, livro de matrícula, caderneta de freqüência, pote para água, vassoura, serviço sanitário ...”<sup>15</sup> Concluindo suas reclamações o Inspetor mencionou que suas petições de

<sup>9</sup> PESSANHA, Eurize Caldas. DANIEL, Maria Emília Borges. MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. p. 64. Set /Out /Nov Dez 2004 No 27.

<sup>10</sup> Jornal ‘O Progresso.’ Ponta Porã, 11 de maio de 1923.

<sup>11</sup> *Idem.*

<sup>12</sup> *Idem.*

<sup>13</sup> *Idem.*

<sup>14</sup> *Idem.*

<sup>15</sup> *Idem.*



remessa de mobília, material didático e escolar, ao almoxarifado central não eram atendidas, continuando as escolas estaduais “no regime do completo abandono, ao ‘Deus Dara’.”<sup>16</sup>

Em artigo publicado em 18 de maio de 1924, novamente se afirmava a precariedade do sistema educacional de Ponta Porã mencionando que a cidade “nada tem em melhoramentos de ordem material, devido a iniciativa do Governo do Estado.”<sup>17</sup> O redator esclarece que “a casa onde funcionam as escolas públicas estaduais foi construída a expensas do povo, mediante contribuição direta”<sup>18</sup> e está “aquém do preenchimento do fim a que é destinada: não tem luz, espaço, higiene nem outros requisitos ...”<sup>19</sup>

Em material arrolado deparamo-nos com o relato do jornal ‘O progresso’ de 8 de agosto de 1923, no qual constata que na cidade de Ponta Porã “não há [...] uma só escola pública do Estado.” Concernente ao Grupo Escolar, afirmava que o município possuía “há quase dois anos, um prédio para Grupo Escolar,”<sup>20</sup> contudo ainda não fora inaugurado. Diante disso, concluía o redator, “só podemos acreditar que nosso município, só é lembrado pelos poderes públicos, quando se lhe pretende impor *ônus* mais pesados do que aqueles que já suportavam ou então, os outros municípios são filhos de Deus e o nosso o é do Diabo.”<sup>21</sup> O *ônus* a que se refere o redator, trata-se dos impostos que a coletoria do Estado freqüentemente impunha aos seus cidadãos. Se de um lado o Estado de Mato Grosso buscava naquele povoado impostos para o sustento estatal, de outro nada oferecia para aqueles que necessitavam da mão republicana dos Governantes.

O jornal de mesma data traz outro artigo intitulado *Uns são filhos de Deus outros do Diabo*, manifestando a revolta dos pontaporanense em ver o povoado de Campo Grande,<sup>22</sup> inaugurar um novo prédio para a instalação do grupo escolar, e Ponta Porã, apesar de tê-lo a algum tempo, não possuir a instituição devidamente erigida pelo Estado e em funcionamento. Os ditos ‘Filhos de Deus’ são os campograndenses que receberam mais uma benesse do

---

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> *Idem.*

<sup>18</sup> *Idem.*

<sup>19</sup> *Idem.*

<sup>20</sup> Jornal O Progresso. Ponta Porã, 08 de Agosto de 1925, n. 233.

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> O Grupo Escolar de Campo Grande denominado de Joaquim Murinho foi construído no ano de 1926.



Estado e os ‘Filhos do Diabo’ os pontaporanense que permaneciam à mercê de seus governantes. Segundo o jornal, “para se ter uma idéia do abandono [...] basta acentuar que, durante o ano passado, nenhuma escola publica do Estado, funcionou nesta cidade.”<sup>23</sup> Fato que segundo o Governador Estevão Corrêa, na Mensagem de Presidente de Estado, “alegava que funcionaram com toda a regularidade as escolas publicas do Estado!”<sup>24</sup>

### 3 A construção do Grupo Escolar

O processo de construção do Grupo Mendes Gonçalves se deu no governo do Presidente de Estado Pedro Celestino Correa da Costa. A primeira menção ao Grupo Escolar encontramos na mensagem de Presidente de Estado do ano de 1923, na qual citava a necessidade de um edifício para abrigar a instituição escolar preterida pela população e pelo Governo. Contudo, o Presidente de Estado alegava impossibilidades financeiras de atender ao pedido do município de Ponta Porã, postergando a construção.

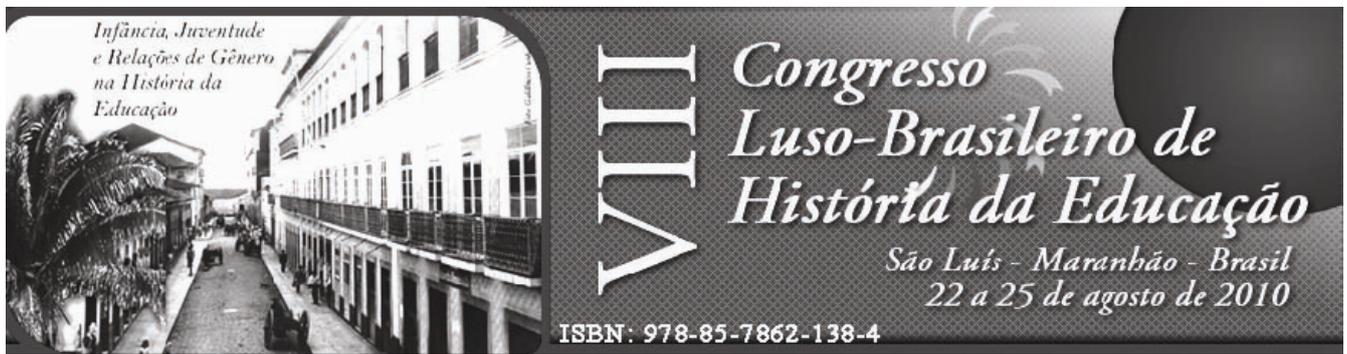
De acordo com as pesquisadoras Stein e Brito, dado o alto custo da instalação e manutenção dos Grupos Escolares, os mesmo foram “criados apenas nas cidades econômica, populacional e culturalmente mais significativas de Mato Grosso.”<sup>25</sup> Nesta perspectiva inferimos que a resistência do Estado em atender ao pedido da população, reside no fato de esta situar-se numa área distante dos centros urbanos, não ser suficientemente desenvolvida de acordo com os critérios dos Governantes e estar sob o domínio da iniciativa privada, a Companhia Matte Laranjeira.

A noticia da construção do Prédio para a instalação do Grupo Escolar foi veiculada na imprensa local em 13 de maio de 1923. O jornal ‘O Progresso’ atribuiu os méritos da conquista ao tenente Heitor Mendes Gonçalves. Segundo o jornal, a interseção do tenente junto à diretoria da Empresa Mate Laranjeira foi de suma importância para que a

<sup>23</sup> Jornal O Progresso. Ponta Porã, 08 de Agosto de 1925, n. 233.

<sup>24</sup> *Idem.*

<sup>25</sup> STEIN, Neide, R. M & BRITO, Silvia, H. Andrade de. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia : EDUCG, 2006. v. 1. p. 3.



mesma se decidisse financiar o projeto em questão. Contudo, faltava ao município o terreno apropriado no qual a Empresa Matte Laranjeira pudesse erigir o edifício. Em artigo de 13 de maio do mesmo ano, 'O Progresso', motivava a população a doar ou vender ao município, a preços baixos, um lote para este fim e outro para a construção da Igreja católica Matriz.<sup>26</sup> Segundo o periódico de 24 de junho de 1923, alguns interessados na efetivação do Grupo Escolar tendo procurado os possuidores de lotes baldios, receberam “a contestação de só os venderem por bons pares de contos de réis, de modo que a serem satisfeitos tais ganâncias, a verba destinada a edificação se vira se desfalar, com provável prejuízo para um maior traçado.”<sup>27</sup> Dado que a questão acerca do terreno para a construção do Grupo não se dirimia, a imprensa atribuiu aos proprietários de terrenos urbanos, a demora do início das obras do referido edifício. Diante dos relatos e da polêmica, é possível, pois, considerar que o espaço jornalístico de Ponta Porã, constituía-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses públicos e privados, pois o Poder Municipal por meio da imprensa pressionava a população local a doar ou a vender a preços baixos terrenos para o referido fim.

Em 5 de agosto de 1923, 'O Progresso' voltou a tecer críticas a demora em conseguir terreno para a instalação do prédio do Grupo Escolar e atacou o Intendente do povoado insinuando que o mesmo atrapalhava de forma proposital a instalação do Grupo Escolar. O artigo levava os leitores a se perguntarem quais eram as motivações da demora no início das obras, dado que o superintendente já havia desapropriado um lote pertencente a Pedro Ribas, sito à rua Costa Marques.<sup>28</sup> Para o pesquisadora Vilma Eliza Trindade, a polêmica levantada pelos jornais “são representativas no contexto histórico de sua produção, e [...] sem uma perspectiva de totalidade torna-se impossível compreendê-la em sua essência.”<sup>29</sup> Para TRINDADE 2001, na imprensa do século XIX até as primeiras décadas do século XX, “geralmente predominavam os ataques pessoais.”<sup>30</sup>

<sup>26</sup> Cf. Jornal 'O Progresso.' Ponta Porã, 13 de maio de 1923.

<sup>27</sup> *Idem.*

<sup>28</sup> JORNAL O PROGRESSO. *E o Grupo Escolar?* 5 de agosto de 1923. n. 174.

<sup>29</sup> TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho*. Campo Grande – MS, Editora UFMS, 2001, p. 87-88.

<sup>30</sup> *Idem.*



No dia 30 de setembro do mesmo ano, o jornal ‘O Progresso’ noticiou a doação do terreno por parte da Empresa Mate Laranjeira, sito à travessa Barão de Melgaço e o início das obras do Grupo Escolar. De acordo com Antônio Nóvoa quando se analisa a imprensa, pode-se averiguar “discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente.”<sup>31</sup> Neste caso, a situação do presente refere-se ao terreno, materialização inicial do futuro, desejo de construção do Grupo Escolar. Quanto ao terreno desapropriado pelo intendente do local, mais nada se mencionou. Segundo o que relatou o artigo em questão, o engenheiro contratado para a execução da obra foi Frederico Behm, e para a confecção da planta o engenheiro Dr. Napoleão Michel.<sup>32</sup> Em 13 de maio de 1924 a Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso, anunciou à assembléia a decisão da Matte Larangeira de construir o edifício Escolar, sendo erigido com quatro salas de aulas, destinadas ao ensino de primeiras letras.

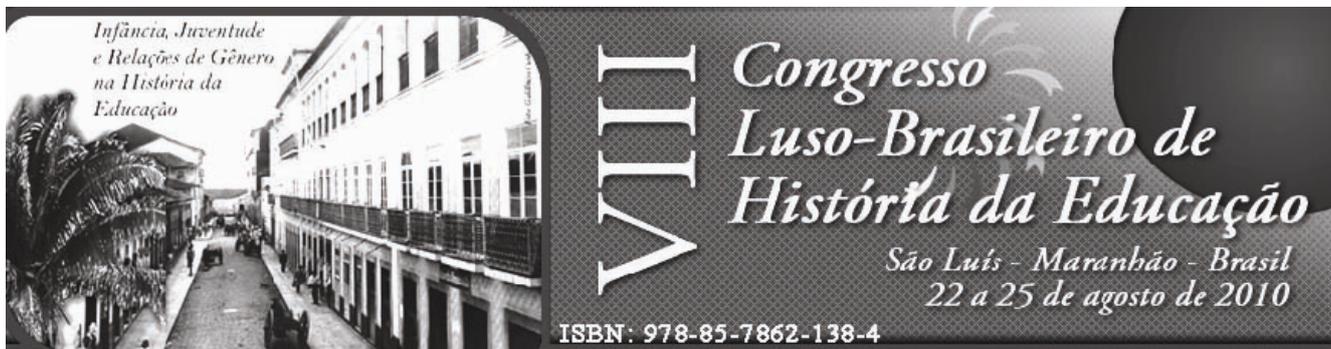
O primeiro diretor nomeado para o Grupo Escolar foi o cuiabano Achilles Verlangieri, professor do Liceu Cuiabano, que em 25 de maio de 1927 publicou o primeiro edital de Matrícula para o Grupo Escolar. Na nota, exigia aos pretendentes a carteira de vacinação e o certidão de comprovante de idade para que pudessem ser matriculados na Instituição.<sup>33</sup> De acordo com o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, as matrículas deveriam ser feitas pelo Diretor do Grupo Escolar e para tal bastava a solicitação verbal dos pais ou responsáveis, acompanhadas das crianças que buscavam o ingresso no Grupo.<sup>34</sup> A matrícula nas escolas

<sup>31</sup> NÓVOA, Antônio. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório Português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). Educação e em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação, São Paulo: Escrituras, 2002, p. 11 – 31.

<sup>32</sup> JORNAL O PROGRESSO. *Prédio para o Grupo Escolar*. Domingo, 30 de setembro de 1923, n.182.

<sup>33</sup> JORNAL O PROGRESSO. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves*. Domingo, 29 maio de 1927 n. 275.

<sup>34</sup> Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227. Cuiabá, 22 de abril de 1927. Art 134.



primárias do Estado eram gratuitas e obrigatórias, para todas as crianças com idade entre 7 a 12 anos, que residiam no “raio de 2 quilômetros da escola pública.”<sup>35</sup>

No dia 11 de maio de 1927, em ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública Dr. Cesário Alves Corrêa propôs ao Secretário do Interior, Justiça e Finanças, Major João Cunha, a incorporação das Escolas Masculinas e Femininas de Ponta Porã ao Grupo Escolar Mendes Gonçalves.<sup>36</sup> Esta incorporação das Escolas ao Grupo, ao que tudo indica tinha como função concentrar para fortalecer o sistema educacional pontaporanense.

#### **4 A criação do Grupo Escolar na cidade de Ponta Porã**

Em 9 de fevereiro de 1927 por meio do Decreto n. 752, o presidente do Estado de Mato Grosso, Mário Correa da Costa, instituiu o Grupo Escolar na cidade de Ponta Porã batizando-o com o nome de ‘Mendes Gonçalves’, em homenagem ao Comendador Francisco Mendes Gonçalves, Presidente da Empresa Mate Laranjeira, doadora do terreno e responsável da construção do edifício, conforme evidenciou a professora Regina Tereza Cestari de Oliveira, artigo publicado no ano de 2009.<sup>37</sup>

Durante a inauguração ocorrida às 15 horas do dia 5 de julho de 1927 esteve presente ao ato, o Sr. Arnóbio de Miranda, Intende Geral do Município de Ponta Porã; Sr. Heitor Dias, Chefe Político de Pedro Juan Caballero; Dr. Lima Avelino, Inspetor Escolar; Major Policarpo De Avilla, Delegado de Polícia; Dr. Eduardo de Barros; Coronel Luiz Pinto e o Diretor do Grupo professor Achilles Verlangieri.

Segundo o Jornal ‘O Progresso’, o Dr. Arnóbio de Miranda, além de inaugurar solenemente o referido Grupo proferiu discurso com destaque para o importante papel da

<sup>35</sup> Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227. Cuiabá, 22 de abril de 1927. Art 133.

<sup>36</sup> Ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Major João Cunha, Secretário do Interior, Justiça e Finanças, propondo a incorporação ao Grupo Escolar Mendes Gonçalves, de Ponta Porã, as Escolas masculinas e femininas, existentes na referida cidade. Cuiabá, 11 de maio de 1927. APMT Lata 1927 B.

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930). In: *Albuquerque: Revista de História*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun. 2009, p. 124.



educação na formação do cidadão republicano. Na ocasião Miranda registrou também o mérito do Presidente Mario Correa da Costa, o qual foi comparado ao jurista e político brasileiro, Rui Barbosa, e ao cientista francês, Louis Pasteur, lembrado por todo o sempre pela instrução e ciência.

De acordo com o Regimento da instrução pública em vigor naquele ano, era necessária a assinatura da ata de fundação por parte de todos os presentes. Daí a incisiva ênfase dada ao evento pelo Jornal O Progresso<sup>38</sup> de 12 de junho de 1927 aos registros dos presentes que assinaram a ata de instalação do Grupo Escolar, com destaque para o tenente Patrocínio que assinou o documento como representante do 11º Regimento de Cavallaria Independente de Ponta Porã, responsável pela segurança da fronteira Brasil-Paraguai.

## **5 O mobiliário e o material Didático**

Para a pesquisadora Cynthia Greive Veiga, cultura escolar se refere aos diversos aspectos “institucionalizados ao cotidiano do fazer escolar, aos modos de pensar, aos objetos escolares, a materialidade física, enfim, a cultura escolar é toda a vida escolar.”<sup>39</sup> A vida material do Grupo Mendes Gonçalves no que se refere ao mobiliário e material escolar, tem sua gênese marcada pela Mensagem de Presidente de Estado de Mato Grosso de 1928, na qual se relatou que o mobiliário Escolar proveio de São Paulo e o material didático e escolar do Almojarifado Geral da Instrução Publica do Estado de Mato Grosso. A partir dos documentos arrolados, constatamos que o material didático para os Grupos Escolares eram registrados no Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública de Mato Grosso. O primeiro registro de despacho de material para o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, que temos notícia, foi documentado na página 112, petição n. 19 do livro do Almojarifado Geral da Instrução Pública. Dado que não encontramos a data do envio do

<sup>38</sup> Jornal ‘O Progresso.’ *Grupo Escolar “Mendes Gonçalves” a inauguração.* Ponta Porã, 12 de junho de 1927. n. 277. O Jornal “O Progresso” era editado na cidade de Ponta Porã e se destinava ao público local e redondezas.

<sup>39</sup> VEIGA, Cynthia Greive . *Cultura material escolar no século XIX, Minas Gerais.* In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro : UFRJ, 2000. p. 4.



material, tomamos como ponto de partida a data de abertura do livro em 3 de junho de 1923. A remessa constava de 2 listas impressas para a matrícula, possivelmente para o início das aulas no Grupo Escolar. Nas páginas 113 do mesmo livro encontramos outra remessa de materiais escolares registrados com a ordem n. 20, no qual se pedia o envio de caixas de giz branco, cadernos, dentre outros.

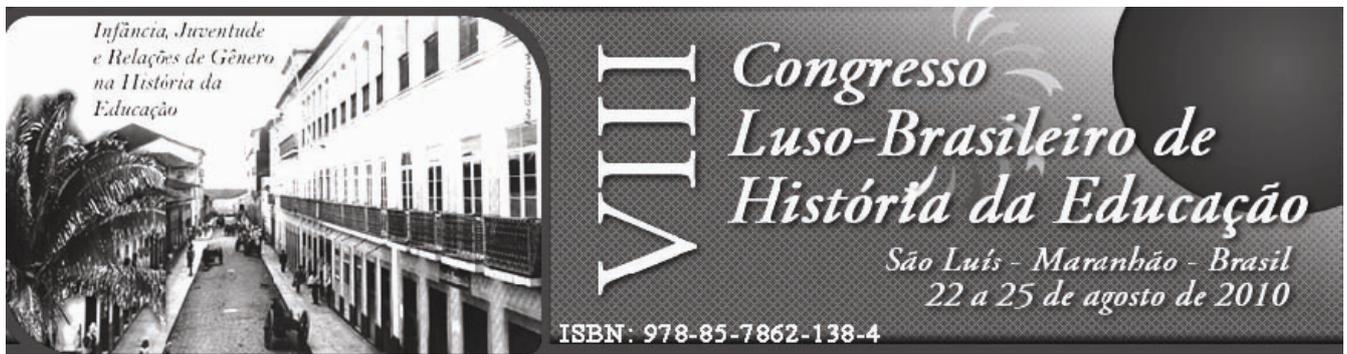
Quant.	Material
5	caixas de giz branco.
2	livros em branco de 150 folhas.
2	resmas de papel almasso.
200	cadernos de caligraphia.
200	cadernos de linguagem.
10	programmas de ensino para Grupos.
24	borrachas school.

Faz-se mister notar que para uma Escola que estava iniciando seus trabalhos letivos, o material enviado era irrisório, pois dadas as distâncias da Capital Cuiabá e a impossibilidade de locomoção, tais materiais findariam antes do primeiro semestre terminar, e dificilmente seriam enviadas novas remessas em tempo hábil para continuar as atividades a contento. VEIGA (2000) demonstra que a forma como os objetos eram utilizados na escola, “sua escolha, a receptividade, ausências e presenças de utensílios, [...] são elementos que participaram ativamente da criação, operação, manutenção e/ou desativação das experiências escolares.”<sup>40</sup> No caso do Grupo Escolar de Ponta Porã, deste o princípio houve precariedade de instrumentais para prover o ensino das primeiras letras. Para VEIGA (2000) “é importante chamar a atenção para os suportes materiais que concretizaram a escola como lugar de transmissão do saber;”<sup>41</sup> No Mendes Gonçalves, os suportes foram os mínimos, reflexo do desinteresse do Estado pela Escolarização no Sul de Mato Grosso e do parco investimento da iniciativa privada, Empresa Matte Laranjeira, na manutenção da escola destinada a grande parte de seus funcionários.

---

<sup>40</sup> *Idem.*

<sup>41</sup> *Idem.*



Nas páginas 114 do Diário de entrada e saída de todos os artigos do Almojarifado da Diretoria Geral da Instrução Pública, encontramos um despacho datado de 12 de março de 1924, registrado com a ordem n. 20 no qual se concede ao Grupo Escolar os seguintes materiais:

Quant.	Material
10	lapis de borracha
2	ditos bicolores
01	raspadeira
200	grammas de gramma arábica
01	lata de tinta preta atlas
200	bolas
01	globo terrestre <sup>1</sup>

É interessante notar que as remessas feitas ao Grupo Escolar de Ponta Porã, se deram antes do mesmo ser inaugurado. Certamente se fazia o pedido de materiais com um longo tempo de antecedência, visando à concessão da mesma em tempo hábil para o início das aulas, ou com a intenção de acumular material escolar, dado que o mesmo era de difícil acesso a uma população da periferia do Estado. No ano de 1927 o almojarifado registrou uma nova remessa ao Grupo, constava de material cartográfico, provavelmente em função do início das aulas naquele mesmo ano. Para VEIGA (2000), os materiais escolares são uma forma de adentrar ao cotidiano escolar, optando não pela análise simbólica dos materiais, mas pela materialidade dos objetos utilizados no dia a dia escolar. Segundo ela, “reconstituir as quatro paredes da educação e as condições materiais da execução do ensino é uma das possibilidades de darmos visibilidade àquilo que é parte da expressão da própria cultura escolar.”<sup>42</sup>

Quant.	Material
1	Coleção de história natural
1	Mapa da Europa
1	Mapa da América do Sul
1	Mapa da África

<sup>42</sup> *Idem.* p. 9.



1	Mapa da Oceania
1	Mapa de figuras geométricas
1	Mapa panorâmico da superf. da terra
1	Mapa de Mato Grosso
1	Globo terrestre

No relatório Apresentado ao Ex.mo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado, Leônidas Antero de Mattos o professor Franklin Cassiano da Silva, Director Geral da Instrução Pública em 15 de Abril de 1931 constatou que não havia <sup>1</sup> material didático no Grupo Escolar Mendes Gonçalves. Essa realidade era comum nos grupos escolares do Sul do Antigo Estado de Mato Grosso. A pesquisadora Regina Tereza Cestari de Oliveira em seu artigo intitulado *Reformas educacionais Mato-Grossenses e a institucionalização dos Grupos Escolares (1910-1930)* registra que os Grupos Escolares no sul do Estado, durante os primeiros anos de funcionamento, enfrentaram dificuldades atinentes às condições físicas e materiais.<sup>1</sup> Tal fato é registrado pelo professor Franklin Cassiano da Silva, no relatório de 29 de Agosto de 1931 que ao retornar de viagem de inspeção aos diversos estabelecimentos educacionais na zona Sul do Estado, constatou que os mesmos estavam em péssimas condições. “A situação geral do ensino naquela zona, é lastimável, pela falta quase que completa de material didático assim como pela desorientação em relação ao emprego de métodos.”<sup>1</sup> VEIGA (2001) afirma que durante o transcorrer do século XX, “a queixa em relação à ausência de instalações adequadas, falta de objetos, é recorrente nos relatórios dos presidentes de província, dos delegados literários e dos inspetores.”<sup>43</sup> Segundo ela em tais documentos se “repetem os registros das dificuldades de execução das leis de ensino: exíguos ordenados, ausência de livros e demais materiais, salas precárias, dificuldades de transportes e vias de circulação.”<sup>44</sup>

### Considerações finais

O Grupo Escolar Mendes Gonçalves, teve sua trajetória antecedida pela constante precariedade das escolas estaduais e municipais, falta de investimento e desinteresse dos Governantes.

<sup>43</sup> *Idem.* p. 8.

<sup>44</sup> *Idem.*



No período de sua construção foi vilipendiado pelas disputas em torno da compra de terrenos para a edificação do edifício, sendo a questão solucionada somente após a doação realizada pela empresa Matte Laranjeira. Ao iniciar suas atividades foi provido do material necessário para a sua instalação, entretanto nos anos posteriores a comunidade de Ponta Porã presenciou o sucateamento da Instituição e o crescente descrédito do Grupo Escolar até ser transformado em Escolas Reunidas em 1931. Pelo material arrolado constatamos que nem a Companhia Matte Laranjeira, nem o Estado de Mato Grosso se responsabilizaram pela manutenção da Instituição Escolar. Ao que tudo indica o esplendor do ideal Republicano, “vitória das luzes, e da razão sobre as trevas e a ignorância,”<sup>45</sup> não se manifestou no Grupo Escolar Mendes Gonçalves, pois a precariedade da Instrução Pública de primeiras letras minava o ideal republicano de templos de civismo.

#### REFERENCIA

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares in Araújo e Gatti Junior (orgs.) *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002 – (Coleção memória da educação).

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa. As influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães*. Uberlândia –MG- 1905-1922. Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

DIRETORIA DA MATE LARANJEIRA. *Dom Francisco Mendes Gonçalves*. Rio de Janeiro, Agosto de 1941.

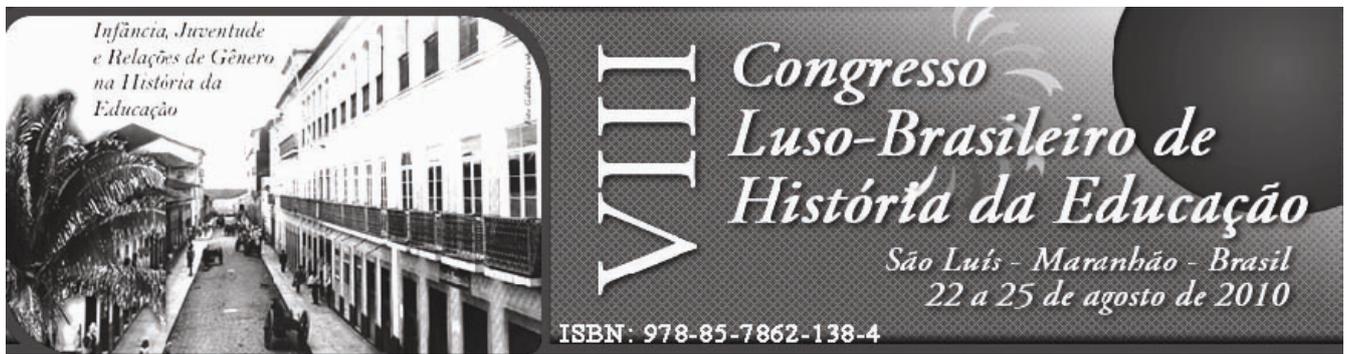
GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos Históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*, 1988.

GRESSLER, Lori Alice. VASCONCELOS, Luiza Mello. *Mato Grosso do Sul aspectos Históricos e Geográficos*. Dourados, 2005.

JORNAL 'O PROGRESSO. *E o Grupo Escolar?* 5 de agosto de 1923. n. 174.

---

<sup>45</sup> SOUZA, Rosa Fátima de Souza. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 26.



JORNAL O PROGRESSO. *Grupo Escolar "Mendes Gonçalves" a inauguração*. Ponta Porã, 12 de junho de 1927. n. 277.

JORNAL O PROGRESSO. Ponta Porã, 13 de maio de 1923.

JORNAL O PROGRESSO. *Grupo Escolar Mendes Gonçalves*. Domingo, 29 maio de 1927 n. 275.

JORNAL O PROGRESSO. *Prédio para o Grupo Escolar*. Domingo, 30 de setembro de 1923, n.182.

JORNAL O PROGRESSO. Ponta Porã, 08 de Agosto de 1925, n. 233.

JORNAL O PROGRESSO. Ponta Porã, 11 de maio de 1923.

MORENO, Gislaire. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

NÓVOA, António. *A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório Português*. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). *Educação e em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação*, São Paulo: Escrituras, 2002, p. 11 – 31.

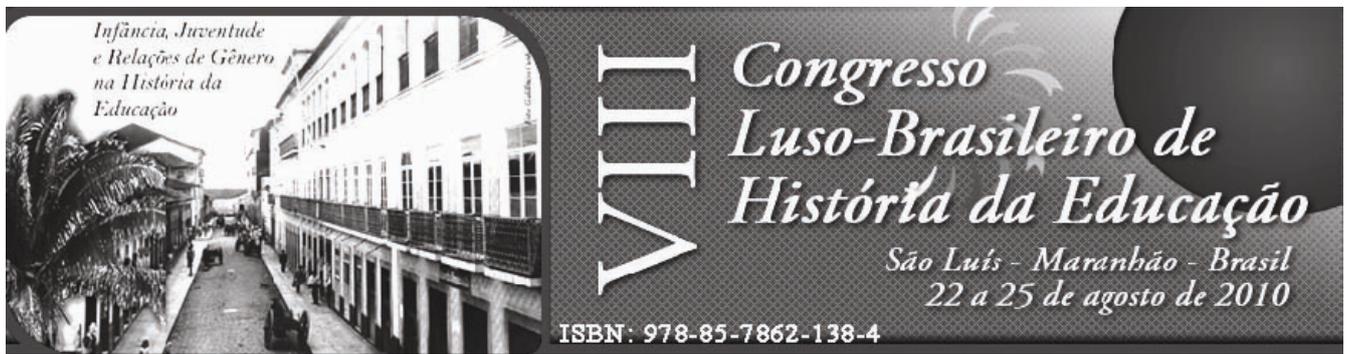
Ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública, Dr. Cesário Alves Corrêa, ao Major João Cunha, Secretário do Interior, Justiça e Finanças, propondo a incorporação ao Grupo Escolar Mendes Gonçalves, de Ponta Porã, as Escolas masculinas e femininas, existentes na referida cidade. Cuiabá, 11 de maio de 1927. APMT Lata 1927 B.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. *Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930)*. In: *Albuquerque: Revista de História*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun. 2009.

PESSANHA, Eurize Caldas. DANIEL, Maria Emília Borges. MENEGAZZO, Maria Adélia. *Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa*. p. 64. Set /Out /Nov Dez 2004 n. 27.

Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, fl. 163-227. Cuiabá, 22 de abril de 1927. Art 134.

SOUZA, Rosa Fátima de Souza. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.



STEIN, Neide, R. M & BRITO, Silvia, H. Andrade de. A organização do trabalho didático na escola moderna: os grupos escolares no sul de Mato Grosso (1910-1950). In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia : EDUCG, 2006. v. 1. p. 3.

TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho*. Campo Grande – MS, Editora UFMS, 2001, p. 87-88.

VEIGA, Cynthia Greive . Cultura material escolar no século XIX, Minas Gerais. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Rio de Janeiro : UFRJ, 2000.